



Utilize o QrCode para
acessar nosso portal



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO N.º

5030706-18.2020.8.21.0001

74º Relatório Mensal de Atividades

Competência: maio/2023
Apresentado em agosto de 2023





ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
 1. Cronograma processual
 2. Acompanhamento processual
2. **RESUMO**
 1. Resultados
 2. Quadro de colaboradores
 3. Fluxo de caixa
 4. Endividamento concursal
 5. Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
 6. Pendências e esclarecimentos
 7. Acompanhamento do Administrador Judicial
3. **DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**
 1. Balanço Patrimonial
 2. Demonstrativo de Resultados
 3. Fluxo de Caixa
4. **ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL**
 1. Dívida tributária
 2. Bancos credores não sujeitos à RJ
5. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
 1. Proposta de pagamento
 2. Prestação de contas



O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo, com atraso, suas obrigações processuais, como a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à CBG é o dia 15 do mês subsequente. Esta

Administração Judicial recebeu os documentos de maio/2023, com atraso, em 30/06/2023 referente à CBG e no dia 13/07/2023 da subsidiária BGSE. Os questionamentos enviados em 19/07/2023, não foram respondidos, até a finalização deste relatório. Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. ASPECTOS JURÍDICOS – CRONOGRAMA PROCESSUAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	31.01.2023	Aguarda-se cumprimento das obrigações previstas no plano para encerramento do processo.	
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

Eventos ocorridos

Data estimada

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

- A decisão do evento 276, proferida em 11.12.2020, concedeu prazo de 15 (quinze) dias à Recuperanda para comprovação do adimplemento integral da classe preferencial líquida inferior a R\$ 70.000,00 e das classes quirografária e ME/EPP referente aos créditos inferiores a R\$ 10.000,00. Recebeu mesmo prazo para apresentar o plano de loteamento do imóvel de matrícula n.º 5.862, a ser destinado aos créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, e indicar a solução a ser dada às rubricas de FGTS devidas à categoria. A decisão também deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. A empresa demonstrou à Administração Judicial a quitação de parte dos créditos determinados, sendo que maiores informações sobre o cumprimento do PRJ poderão ser apreciadas no item "Prestação de Contas" neste relatório.
- Sobre os créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, a Recuperanda se manifestou no evento 299, em 27.01.2021, indicando estar na fase de expedição da licença ambiental. Para tanto, postulou a dispensa da apresentação de determinadas certidões negativas exigidas pelo Registro de Imóveis para individualização dos lotes, o que foi deferido pelo Juízo o evento 306. A mesma situação apresentou quanto ao loteamento do imóvel de matrícula n.º 2.216, destinado ao pagamento dos credores com garantia real e credores aderentes. Recentemente, no evento 340, informou que o processo de individualização das matrículas está em andamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Portão/RS.
- Na decisão do evento 306, além de deferir a dispensa de apresentação das certidões negativas, o Juízo nomeou o Leiloeiro José Santayana para promover a alienação das UPIs, conforme PRJ. O profissional apresentou o edital de leilão no evento 345, estando no aguardo da homologação das datas pelo Juízo e posterior publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
- Acerca dos débitos de FGTS, a Recuperanda se manifestou recentemente no evento 327, indicando ter solicitado adesão ao Programa de Parcelamento MP 899/2019 e Portaria 11.956/2019, estando finalmente habilitada a proceder com o parcelamento das verbas. Informa estar diligenciando junto à PGFN/CEF para efetivação das parcelas.
- Já no evento 326, a empresa reiterou pedido de baixa de constrições judiciais, bloqueios da Fazenda Nacional e alienação de veículos. Sobre as constrições judiciais e bloqueios da Fazenda Nacional, a Administração Judicial apresentou manifestação no evento 342, não se opondo ao pedido. Já sobre o pedido de alienação de bens, postulou maiores esclarecimentos da Recuperanda sobre quais são os bens pretendidos e sua situação atual. A empresa apresentou documentação pertinente ao patrimônio a ser alienado diretamente à Administração Judicial, que se manifestou favoravelmente ao pedido. Não houve deliberação sobre o ponto, nem reiteração do pedido pela Recuperanda.
- Foram realizadas as três chamadas de leilão das UPIs, conforme previsto no PRJ, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI "B" e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI "D". O Juízo acatou a manifestação da Administração Judicial, de modo que, em 29.11.2021, no evento 583, homologou a arrematação da UPI "B" e não homologou a proposta de arrematação da UPI "D". Certificada a ausência de impugnações, o Leiloeiro indicou novas datas para leilão, já acolhidas pelo Juízo: 27.07.2022, 10.08.2022 e 24.08.2022. A UPI remanescente foi alienada na segunda chamada do leilão, em 10.08.2022.
- Na manifestação do evento 836, a Administração Judicial postulou a intimação da Recuperanda, para falar, dentre outros pontos, sobre a regularização dos créditos fiscais estaduais, o parcelamento solicitado junto à CEF quanto às rubricas de FGTS e sobre o andamento das ações objeto do PRJ. A empresa foi intimada e respondeu parcialmente no evento 897, informando que está em contato com a PGE/RS para parcelamento dos débitos fiscais e que está em andamento a solicitação e parcelamento do FGTS junto à PGFN. O andamento das ações objeto do PRJ não foi respondido pela Recuperanda.
- No evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias teve início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS, e no evento 1209 a Recuperanda apresentou o relatório de conclusão do loteamento. No evento 1249 credores trabalhistas apresentaram impugnação à conclusão, acostando laudo e documentos que demonstram estar inacabado o empreendimento. Tais documentos levaram à decisão liminar no agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, desobrigando os credores a receberem os lotes como dação em pagamento.
- No momento, aguarda-se definição quanto ao agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, que trata sobre o loteamento aos credores trabalhistas. O recurso de nº 5070855-06.2023.8.21.7000, referente à cessão de créditos aos credores quirografários, foi desprovido, mantendo a validade dos termos do PRJ e da quitação dada ao credor.

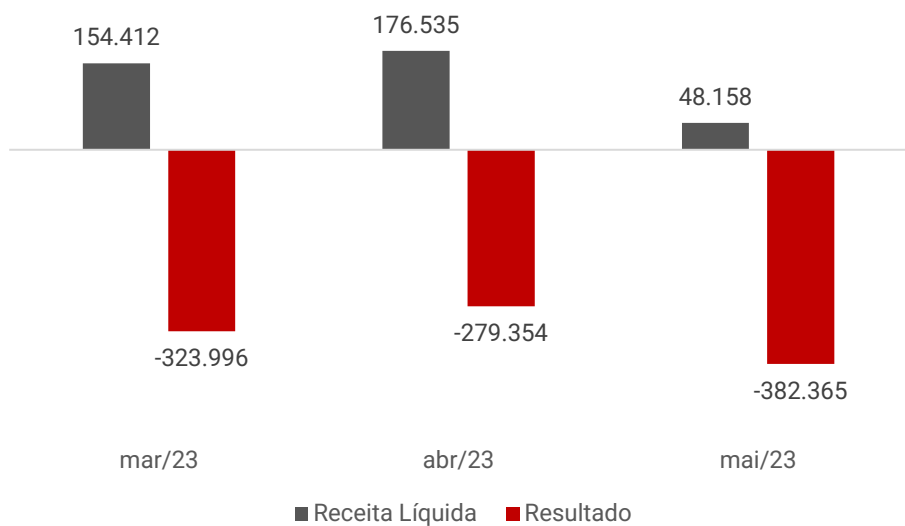
➤ RECURSOS CONTRA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

- Houve o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento de nº 70080729114, promovido pela Plata Securitizadora S/A, em que apresentada irresignação contra a decisão que homologou o plano apresentado e concedeu a Recuperação Judicial.
- Os recursos movidos pelo Banco do Brasil S/A em face da homologação do plano de recuperação judicial aprovado tiveram o seguinte deslinde: agravo de instrumento de nº 70073250235 não provido; recurso especial nº 70076374115 não admitido; agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS não conhecido; e agravo interno no agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS desprovido.
- O agravo de instrumento de nº 70073235962, interposto por Banco Caterpillar S/A, igualmente contra a homologação do plano de recuperação, foi improvido ainda em 2018 com trânsito em julgado no mesmo ano.
- Não diferem os resultados obtidos pelo Banco Bradesco S/A nos recursos aviados contra a homologação do plano: agravo de instrumento de nº 70073470510 negado provimento; embargos de declaração não acolhidos, recurso especial não admitido, e agravo em recurso especial de nº 70077898096 não conhecido pela intempestividade, já com trânsito em julgado.



RESULTADOS

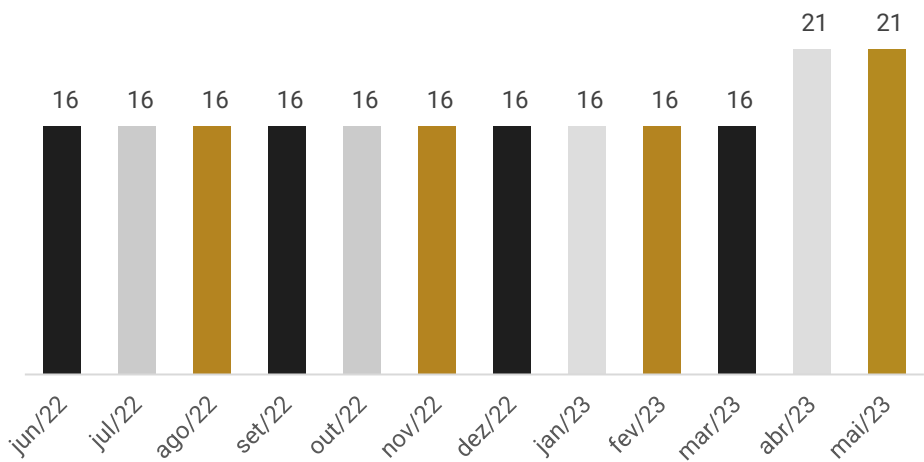
Receita Líquida e Resultado (R\$)



Em maio, o faturamento bruto totalizou R\$ 53 mil, ou seja, um decréscimo de 72%, devido à ausência do valor de aluguel de equipamento para a Planaterra (R\$ 150 mil). No entanto, é possível identificar a entrada no relatório razão da BGSE. Embora questionada, a Recuperanda não esclareceu por qual motivo o aluguel não foi considerado na CBG. O faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação, assim o prejuízo do mês foi de R\$ 382.365,03. O ano de 2023, acumula resultados negativos de R\$ R\$ 1.195.872,41. Ainda, há um pedido de correção monetária dos reajustes que foram pagos com atraso, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, pertinente à AGESUL. Conforme relatado pela Recuperanda, o assunto estaria tramitando no jurídico da AGESUL, pois se posicionaram contra ao pagamento da correção, previsto em contrato. No mês de dezembro/2022, a CBG apresentou nova cobrança com atualização de valores, esclarecendo o pedido com base no contrato assinado. A cobrança ainda não foi judicializada.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de Funcionários



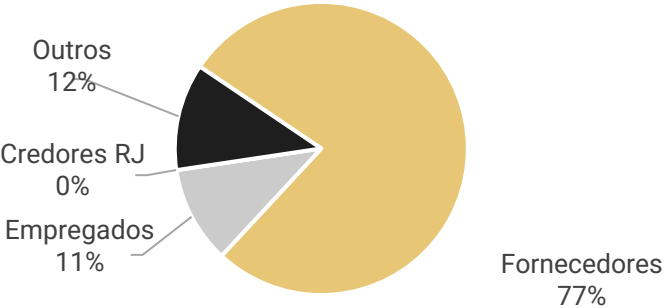
Em maio/2023, não houve admissões ou demissões, finalizando o período com 21 colaboradores, sendo 01 ativo e 20 afastados. Destaca que anteriormente, a informação que era prestada por parte da Recuperanda, é que havia 15 funcionários afastados e 01 ativo. Quando questionada, sobre qual o motivo da divergência, diante da nova informação apresentada no mês de abril/2023, a CBG explicou que esqueceu de relatar anteriormente. O funcionário ativo desempenha a função de servente de obras. Salienta-se que os encargos sociais da folha de pagamento estão inadimplentes. O parcelamento de salários, está sendo pago, conforme negociado.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas, recebimentos de saldo de obras já finalizadas e venda de pedra britada. Os pagamentos são direcionados, majoritariamente, ao pagamento de fornecedores, credores da RJ e empregados.

FLUXO DE CAIXA	VALORES EM R\$
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-339.481,04
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	338.549,53
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-931,51
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.703,16
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	771,65

Pagamentos maio/2023





ENDIVIDAMENTO CONCURSAL

O endividamento concursal apresentado pela recuperanda é de **R\$ 185.402.673,85.**

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,69%
Trabalhista	455	46,33%	18.767.983,20	10,12%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,92%
Quirografário	381	38,80%	148.716.705,39	80,21%
Microempresa	141	14,36%	7.525.875,22	4,06%
Total	982	100%	185.402.673,85	100%

Principais credores:

CLASSE	CREDOR	VALOR
CLASSE III	BANCO BANRISUL S/A	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL S/A	23.794.225,18
CLASSE III	FUNDO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	20.452.074,97

PENDÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

A Recuperanda explicou que o parcelamento de IPTU permanece ativo. De acordo com a empresa, o estoque não estava sendo ajustado mensalmente na contabilidade devido à baixa movimentação, e que a partir de então, o ajuste passaria a ocorrer. Contudo, até o momento, o inventário não foi enviado para a Administração Judicial.

CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Classe I – Ainda seguem pendentes de quitação de R\$ 1.770.173,57 relativo aos credores até R\$ 70 mil e o montante de R\$ 7.434.151,26 relativo aos credores acima de R\$ 70 mil.

➤ **Classe II** – Não houve, até o momento de confecção deste relatório, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real. A CBG está tomando providências no processo para entrega das garantias aos credores.

➤ **Classe III** – 109 credores, com créditos até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado. Destacamos que há em atraso o valor de R\$ 155.240,19 correspondente a 67 parcelas + correção monetária. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Banrisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 67 parcelas está em atraso.

➤ **Classe IV** – 53 credores, até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado, restando o pagamento da correção monetária, e 15 credores estão com 67 parcelas em atraso, totalizando R\$ 90.735,07. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram notificados da cessão de crédito.

Em decisão prolatada no evento 276 dos autos, foi concedido à Recuperanda o prazo de 15 dias para comprovar à Administradora Judicial a quitação da classe preferencial líquida até R\$ 70 mil e das classes quirografária e ME/EPP até R\$ 10 mil. No prazo, também foi determinada a apresentação dos planos de loteamento do imóvel aos credores preferenciais acima de R\$ 70.000,00 e a solução a ser dada ao FGTS. O prazo foi encerrado em 12.02.2021, tendo a empresa apresentado a quitação de parte dos créditos determinados e prestado esclarecimentos sobre os demais tópicos.

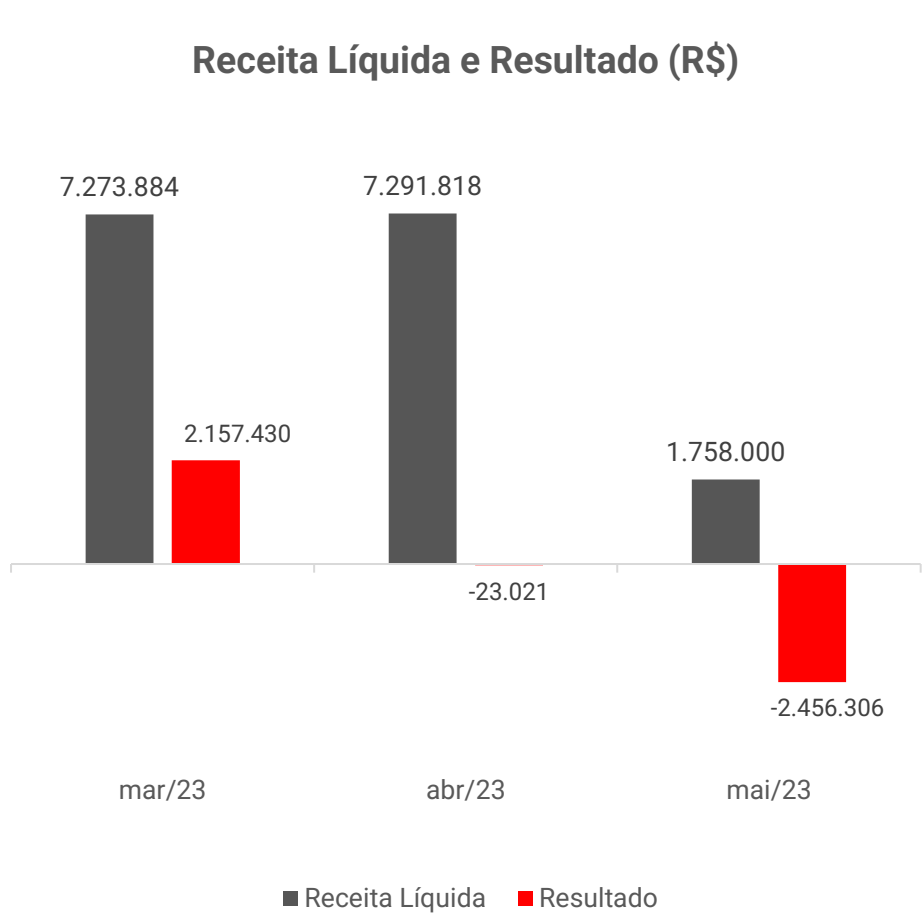
- Atualmente, para prosseguimento do cumprimento integral do PRJ aprovado e homologado, aguarda-se a alienação das UPIs nos autos da recuperação judicial. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. Seguindo o posicionamento da Administração Judicial, o Juízo homologou a arrematação da UPI B e deixou de homologar a proposta de compra da UPI D. A UPI C foi alienada em 10.08.2022.
- Em recente manifestação, a empresa informou estar em andamento no Registro de Imóveis de Portão/RS a individualização das matrículas do loteamento do imóvel destinado aos credores trabalhistas de R\$ 70.000,00. Ainda, esclareceu ter aderido ao parcelamento dos débitos de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo dos trâmites internos do órgão.
- Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00.
- Por fim, necessário que seja aguardado também o deslinde dos processos judiciais cujos direitos creditórios foram cedidos em pagamento aos credores quirografários e de ME/EPP.

2. RESUMO - BGSE CONSTRUÇÕES LTDA



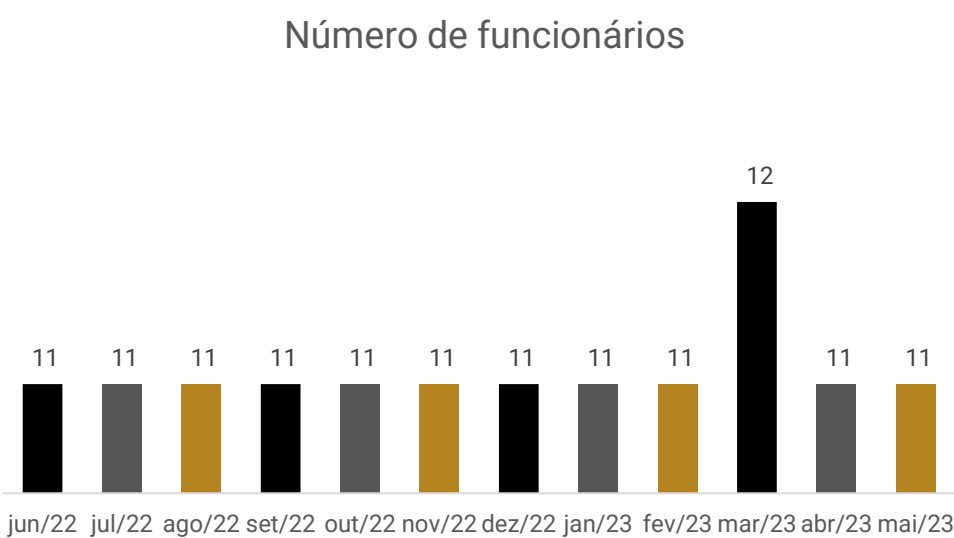
A BGSE Construções é uma subsidiária da empresa Construtora Brasília Guaíba, com CNPJ nº 35.185.193/0001-87, ativo desde 15/10/2019. Conforme informações prestadas pela CBG, o faturamento da Companhia, está sendo direcionado para a BGSE. Além disso, foi noticiado que em janeiro/2022 houve transferência dos funcionários da CBG para a BGSE.

RESULTADOS



A receita líquida exibiu decréscimo expressivo de 76%, devido ao menor volume de medições de obras com o DAER. Embora tenha apresentado uma redução expressiva das receitas, os custos exibiram decréscimo desproporcional, em sua maior parte, pelos equipamentos de produção e material direto, ocasionando um resultado de R\$ 2,4 milhões menor que abril. Em maio/2023 o prejuízo foi de R\$ 2.456.305,53. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 2.573.632,14.

QUADRO DE COLABORADORES



Em maio/2023, não houve demissões ou admissões, finalizando o mês com 11 colaboradores, todos contratados pelo regime CLT. O controle enviado aponta 11 funcionários ativos. Os mesmos estão divididos em 05 assistentes de cargos administrativos, 01 motorista, 01 auxiliar de limpeza, 01 encarregado contas a pagar, 01 coordenador administrativo, 01 encarregado de sala técnica e 01 encarregado de manutenção mecânica. Ainda, a empresa informou que os salários e FGTS estão em dia. Contudo, o INSS está inadimplente.

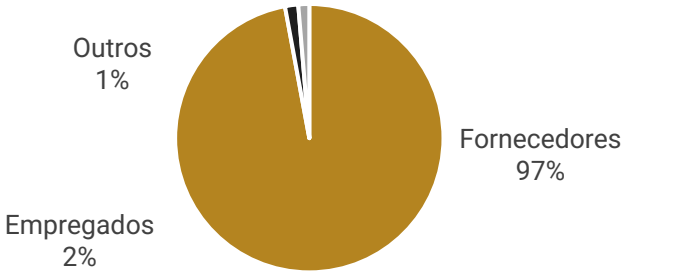
A BGSE possui 06 subempreiteiros, sendo eles Avensi, Della Pasqua, Carlos Eduardo, Joaquim Viegas, Savio San Felice e Tatu Terraplanagem.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a BGSE tem mantido uma linha regular de faturamento, o que tem sustentado a operação da empresa. Além do cumprimento das suas obrigações mensais, especialmente com fornecedores e empregados, a empresa direciona aportes de valores, em sua maior parte, para a CBG.

mai/23	VALORES EM R\$
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.070.874,71
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-775.280,06
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.295.594,65
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	677.435,15
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.973.029,80

Pagamentos maio/2023



ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em 23/06/2023, reuniram-se de forma virtual os representantes da Administração Judicial e da Recuperanda para atualizar as informações operacionais e financeiras da Construtora Brasília Guaíba.

Inicialmente, a Administração Judicial questionou como estariam as atividades e a CBG informou que a operação está lenta. Estão recebendo medições retroativas do DAER, com as obras de Ivorá e Tupanciretã, sem perspectivas de novas obras. As principais dificuldades encontradas são problemas com credores, principalmente, bancos. Na data da reunião, o engenheiro foi na prefeitura pra receber a licença de operação do empreendimento de portão, que terá como finalidade a quitação dos credores trabalhistas. A Recuperanda está gerando caixa com operação da BGSE, devido a falta de certidões na CBG, para participar de licitações. A empresa informou que estão atentos a todas as obras propostas. Contudo, em licitações, os concorrentes estão entrando com preços abaixo do custo.

Referente à inadimplência de clientes, a Recuperanda explicou que quantia de R\$ 8 milhões da Prefeitura de Cachoeirinha, está em cobrança com os advogados. Há uma situação política de obras que foram feitas no governo anterior, o qual o prefeito foi afastado. Nessa situação a CBG ganhou um leilão, em troca da dívida e a prefeitura anulou. Estão aguardando recebimento em espécie, sem data prevista. Quanto ao valor do DNIT, o serviço foi realizado e medido, e estão aguardando possível compensação de ação que entraram referente a uma obra na 116 em Camaquã, contra a CBG. Ou seja, de maneira geral, todos estão tramitando pelo jurídico

Atualmente a empresa trabalha com máquinas e caminhões locados. Conforme destacado, não há inadimplência extraconcursal com fornecedores. Os salários correntes estão sendo pagos e o parcelamento realizado anteriormente estão em andamento. Quanto ao passivo tributário, estão no aguardo do pronunciamento da Caixa Econômica Federal, sobre ao parcelamento do FGTS. Os demais tributos da CBG estão em atraso. A BGSE está regular, com atrasos eventuais, onde logo ocorre o parcelamento.

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Empreendimento destinado para pagamento dos credores trabalhistas:

Conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial, os credores trabalhistas, cuja totalidade do crédito seja superior a R\$ 70.000,00, receberão a integralidade e totalidade de seus créditos através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão. No dia 20/06/2023 a Administração Judicial realizou visita técnica até o local do empreendimento. De acordo com informações prestadas pelo engenheiro que acompanhou a visita, ainda estão pendentes de finalização (i) a instalação do hidrômetro de água, o qual já foi solicitado junto à Corsan; e (ii) posição da Prefeitura quanto à plantação do restante das mudas e árvores. A equipe está finalizando a parte da limpeza da área, a qual o engenheiro estima terminar ainda no mês de junho/2023. Ademais, no dia 16/06/2023, foi assinado o termo de entrega do Loteamento, pela Prefeitura de Municipal de Portão- RS, documento que segue anexo a esse relatório.

Seguem imagens capturadas pela Administração Judicial em visita técnica do dia 20/06/2023:



2. RESUMO– CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA



IMAGENS ENVIADAS PELA RECUPERANDA DO ESTOQUE DE PEDRA BRITADA:



Encaminhada em 05/06/2023



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 27/02/2023

2. RESUMO – CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

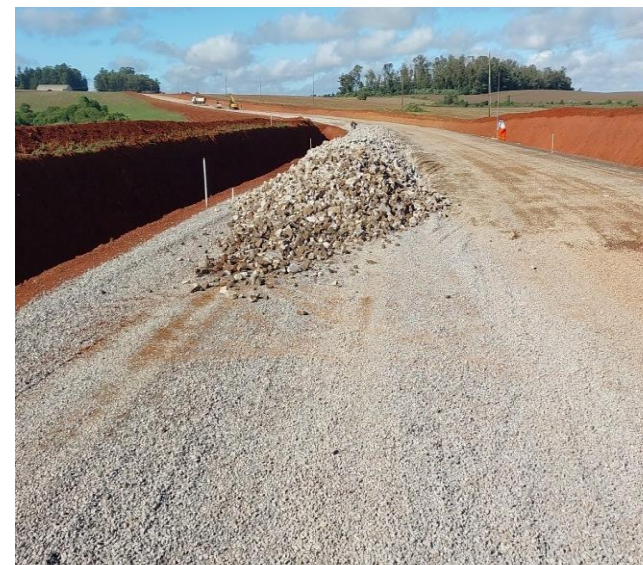


OBRAS EM ANDAMENTO – IMAGENS ENVIADAS PELA RECUPERANDA EM 21/06/2023

❖ Ivorá – ERS348:



❖ Tupanciretã – ERS392:



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG



BALANÇO PATRIMONIAL		mar/23	abr/23	mai/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.659.487	34.706.644	33.564.729
	Caixas e bancos	1.012	1.614	772
	Aplicações financeiras	-	89	-
	Contas a receber	18.681.422	18.701.422	18.550.063
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.793.492
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.125.009	3.153.879	3.171.864
	Demais contas e valores a receber	949.867	947.463	12.253
	NÃO CIRCULANTE	27.446.084	27.522.880	27.554.197
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.735.113	2.811.909	2.839.700
	Investimentos	19.142.899	19.142.899	19.142.899
	Imobilizado	3.087.759	3.087.759	3.091.286
	TOTAL DO ATIVO	62.105.571	62.229.523	61.118.926
BALANÇO PATRIMONIAL		mar/23	abr/23	mai/23
PASSIVO	CIRCULANTE	27.273.683	27.340.407	27.138.565
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.151.292	5.150.665	5.114.053
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.294.946	6.339.722	6.329.234
	Provisões trabalhistas	21.084	21.693	9.372
	Obrigações fiscais	3.018.300	3.049.834	3.047.214
	Demais contas a pagar	5.539.982	5.535.958	5.507.066
	Parcelamentos	3.937.188	3.931.645	3.820.736
	NÃO CIRCULANTE	34.898.730	35.235.312	35.489.738
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	561.367	600.013
	Parcelamentos impostos	8.584.430	8.584.430	8.469.318
	Partes relacionadas	19.796.751	20.133.333	20.464.225
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-66.842	-346.196	-1.509.376
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Prejuízos acumulados	-44.362.038	-44.362.038	-45.142.853
	Resultado do exercício em curso	-534.153	-813.507	-1.195.872
TOTAL DO PASSIVO	62.105.571	62.229.523	61.118.926	

Disponibilidades: o período exibiu decréscimo de R\$ 931,49, motivado pela redução de saldo em espécie. Os extratos bancários do Banrisul e da Caixa Econômica Federal foram enviados e conferem com os saldos em balancete. No entanto, não foram disponibilizados os extratos com os bancos Bradesco, Sicredi e CCB China De acordo com a CBG, a conta do Sicredi foi desativada e vão entrar em contato com o banco em Porto Alegre, para ver o que conseguem recuperar do saldo. Conforme relatório razão, as principais movimentações foram com operações de mútuo com a BGSE e BGI, recebimento de pedra britada, pagamento a fornecedores, obrigações trabalhistas e credores da Recuperação Judicial.

Contas a receber: os principais saldos a receber são de Secretaria do Tesouro Nacional (R\$ 17,7 milhões) que se trata de obra de porto no Pará, que foi desapropriado pela União a 32 anos; Corsan (R\$ 431,6 mil) referente a serviços prestados e que não foram recebidos; e Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (R\$ 340,1 mil) decorrente de serviço realizado cujo reajuste, conforme contrato, não foi obedecido. Ambas as situações, estão em cobrança via judicial. A retração de 1%, foi decorrente da falta de apropriação para a Planaterra, referente aluguel de equipamento, que não foi esclarecido pela empresa. O relatório de controle interno do contas a receber, não foi enviado.

Serviços a faturar: compreende valor a faturar para o DNIT (R\$ 3,8 milhões) e Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (R\$ 7,9 milhões). O decréscimo de 1%, se deu pelo faturamento do saldo dos serviços do DAER (R\$ 72,3 mil).

Adiantamentos a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. O aumento de R\$ 17,9 mil, se deu pelas novas antecipações realizados, em sua maior parte, para Softcont Serviços (R\$ 10,7 mil), Advocacia Meneghetti (R\$ 4,5 mil) e Ivonete Krauze (R\$ 4,7 mil). A CBG não possui relatório de controle dos adiantamentos, impossibilitando atestar o saldo nas demonstrações. A respeito da data estimada para a regularizar o saldo de R\$ 3 milhões, bem como o motivo para ainda não ter sido baixado, a Recuperanda afirmou que continua exigindo aos fornecedores a nota fiscal para baixa, inclusive na via judicial, como no caso da empresa Preconcretos. Ainda, destacou que há divergências a serem acertadas, sem data estimada para finalizar.

Demais conta a receber: engloba devedores diversos (R\$ 12,2 mil) que refere-se a folha de trabalhadores autônomos e honorários. O período exibiu decréscimo expressivo de 99%, devido ao zeramento do saldo dos impostos a recuperar que era de R\$ 944,8 mil. Conforme descrito no relatório razão, foram valores prescritos com mais de 05 anos sem compensação. No entanto, embora questionada, a Recuperanda não confirmou o motivo.

Partes Relacionadas: engloba saldos a receber de BGPAR (R\$ 1,9 milhão) e CBG Ativos (R\$ 895,3 mil). Os valores concedidos para a CBG Ativos, resultou no acréscimo de 1% de maio.

Imobilizado: de acordo com a empresa, o inventário do imobilizado não foi concluído e a previsão para finalização era até o final de 2022. No entanto, o mesmo não foi encaminhado até a finalização deste relatório. Adicionou, ainda, que os bens, em sua maioria, estão localizados na Pedreira de Camaquã e na Central de Equipamentos em Portão. O período exibiu acréscimo de R\$ 3,5 mil, devido a aquisição de veículo, o qual a empresa não prestou maiores esclarecimentos e não enviou nota fiscal.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG



BALANÇO PATRIMONIAL		mar/23	abr/23	mai/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.659.487	34.706.644	33.564.729
	Caixas e bancos	1.012	1.614	772
	Aplicações financeiras	-	89	-
	Contas a receber	18.681.422	18.701.422	18.550.063
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.793.492
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.125.009	3.153.879	3.171.864
	Demais contas e valores a receber	949.867	947.463	12.253
	NÃO CIRCULANTE	27.446.084	27.522.880	27.554.197
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
PASSIVO	Partes relacionadas	2.735.113	2.811.909	2.839.700
	Investimentos	19.142.899	19.142.899	19.142.899
	Imobilizado	3.087.759	3.087.759	3.091.286
	TOTAL DO ATIVO	62.105.571	62.229.523	61.118.926
	BALANÇO PATRIMONIAL	mar/23	abr/23	mai/23
	CIRCULANTE	27.273.683	27.340.407	27.138.565
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.151.292	5.150.665	5.114.053
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.294.946	6.339.722	6.329.234
	Provisões trabalhistas	21.084	21.693	9.372
	Obrigações fiscais	3.018.300	3.049.834	3.047.214
	Demais contas a pagar	5.539.982	5.535.958	5.507.066
	Parcelamentos	3.937.188	3.931.645	3.820.736
	NÃO CIRCULANTE	34.898.730	35.235.312	35.489.738
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	561.367	600.013
	Parcelamentos impostos	8.584.430	8.584.430	8.469.318
	Partes relacionadas	19.796.751	20.133.333	20.464.225
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-66.842	-346.196	-1.509.376
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Prejuízos acumulados	-44.362.038	-44.362.038	-45.142.853
	Resultado do exercício em curso	-534.153	-813.507	-1.195.872
	TOTAL DO PASSIVO	62.105.571	62.229.523	61.118.926

Fornecedores: engloba fornecedores (R\$ 3,3 milhões), retenções contratuais (R\$ 1 milhão) e subempreiteiros (R\$ 769,3 mil). O decréscimo de 1%, foi resultante do maior volume de pagamentos no mês. Em meio aos principais pagamentos realizados, destacam-se Medeiros & Medeiros (R\$ 23,4 mil), Flowmac Equipamentos (R\$ 20,2 mil) e Fernando Guarany & Mousinho Peritos (R\$ 16 mil).

Obrigações Sociais e Trabalhistas: compreende, em sua maior parte, saldos de INSS (R\$ 4,6 milhões), FGTS (R\$ 960,1 mil) e salários (R\$ 236,8 mil). O principal fator responsável pela retração de R\$ 10,4 mil, foi o pagamento de FGTS de alguns colaboradores antigos (R\$ 1,8 mil) de competência 06/2017 referente a credores trabalhistas; FGTS sobre acordo trabalhista de Arnaldo da Silva (R\$ 17,8 mil); e pagamento de salário de Volnei de Fraga (R\$ 5 mil), que não foi apropriado anteriormente, visto eu a empresa possui apenas 01 funcionário ativo, o qual o valor pago no mês foi de R\$ 2,1 mil. Embora interrogado, não houve esclarecimentos. Quando questionada sobre a que se refere os saldos em balancete de salários e rescisões, a empresa esclareceu que são pendências de funcionários que entraram com ações trabalhistas e seus processos ainda não foram concluídos. No passivo não circulante, o acréscimo de 7%, se deu pela transferência de saldos dos parcelamentos do SESI e SENAI, para o longo prazo.

Obrigações Fiscais: o decréscimo de R\$ 2,6 mil, se refere, principalmente, a transferência de parte do saldo de CFEM a recolher, para a rubrica de parcelamento. Quando indagada se houve novos parcelamentos no período, a CBG não retornou, tampouco enviou a documentação pertinente. Os principais saldos são de COFINS (R\$ 1,1 milhão), retenção de impostos (R\$ 703,5 mil) e obrigações fiscais sobre faturamento diferido (R\$ 402,4 mil). Os pagamentos do mês foram de ICMS (R\$ 4,9 mil) e impostos retidos (R\$ 6,4 mil).

Demais contas a pagar: a rubrica expôs decréscimo de 1%, em sua maior parte, pelos pagamentos a Sergio Luis Rodrigues (R\$ 35,3 mil) referente a atualização monetária de honorários advocatícios; CEEE (R\$ 9,6 mil); e parcela 09/10 do processo trabalhista de Rosane Teresinha (R\$ 7 mil). O pagamento identificado na rubrica de CEEE, trata-se da amortização de parcelamento. Destaca-se que a Planaterra assumiu a responsabilidade do parcelamento da dívida de energia de Camaquã.

Parcelamentos: contemplam os parcelamentos simplificados, PERT e IPTU do município de Portão/RS, que foi negociado em agosto/2020 e refere-se aos lotes que serão disponibilizados para pagamento da Classe Trabalhista acima de R\$ 70 mil, conforme plano de recuperação judicial. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,5 milhões (rubrica **Parcelamento de Impostos**) no longo prazo, pois, segundo a empresa, será efetuado novos parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN, e o saldo será ajustado para a nova composição dos valores. O decréscimo de 3% no curto prazo, foi decorrente, em sua maioria, de estornos de atualizações realizadas, anteriormente, referente à parcelamentos. Contudo, quando questionada pelo motivo dos estorno e se houve novos parcelamentos no período, a CBG não retornou, tampouco enviou a documentação pertinente. No longo prazo retração de 1% se deu pela transferência de parte do saldo para a rubrica de obrigações fiscais.

Partes Relacionadas: compreende saldos de BGSE Construções (R\$ 14,6 milhões), Brasília Guaíba Investimentos (R\$ 3,8 milhões), André Loiferman (R\$ 1,2 milhões) e ALOI Participações (R\$ 617,3 mil). O acréscimo de 2% foi decorrente, em sua maior parte, dos aportes recebidos da BGSE (R\$ 1 milhão) BGI (R\$ 50 mil). Além disso, houve pagamentos de mútuo para a BGSE de R\$ 275,1 mil e Brasília Guaíba Invest. de R\$ 494,3 mil.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE CBG



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	mar/23	abr/23	mai/23	2023
Faturamento	164.031	186.643	53.005	725.949
Deduções sobre vendas	-9.619	-10.108	-4.847	-44.294
RECEITA LÍQUIDA	154.412	176.535	48.158	681.655
CUSTOS	-271.753	-181.260	-227.941	-793.117
CUSTOS DIRETOS	-180.696	-141.308	-160.265	-527.369
Materiais diretos	-72.952	-55.155	-49.764	-178.261
Mão de obra direta	-53.918	-28.847	-13.679	-107.572
Serviços empreitados	-35.240	-35.892	-75.459	-162.247
Equipamentos de produção	-18.586	-21.414	-21.364	-79.288
CUSTOS INDIRETOS	-91.057	-39.951	-67.676	-265.748
Material indireto	-48.215	-6.413	-4.893	-64.793
Mão de obra indireta		-1.080	-594	-1.674
Outros custos indiretos	-42.842	-32.458	-62.190	-199.281
LUCRO BRUTO	-117.341	-4.724	-179.784	-111.461
DESPESAS	-206.655	-274.630	-202.581	-1.084.411
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-126.943	-202.758	-168.087	-767.930
Despesas com pessoal	-6.270	-8.846	-13.132	-43.007
Ocupação, comunicação e energia	-2.186	-2.370	-2.167	-13.152
Serviços de terceiros	-87.237	-178.710	-126.389	-529.691
Despesas c/ veículos adm.	-5.037	-26.432	-5.740	-42.300
Viagens e representações	-	-	-	-3.651
Outras despesas	-23.221	36.232	-11.124	-97.282
Despesas não dedutíveis	-2.992	-22.631	-9.534	-38.847
EVENTOS FINANCEIROS	-82.681	-69.801	-38.700	-317.429
Despesas financeiras	-82.688	-69.808	-38.700	-317.443
Receitas financeiras	7	7	-	14
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-9.152	-2.385	-3.463	-20.877
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	12.121	314	7.669	21.825
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	12.121	314	7.669	21.825
RESULTADO	-323.996	-279.354	-382.365	-1.195.872

Faturamento: compreende, unicamente, venda de pedra britada (R\$ 53 mil). O período exibiu decréscimo de 72%, devido à ausência do valor de aluguel de equipamento para a Planaterra (R\$ 150 mil). No entanto, é possível identificar a entrada no relatório razão da BGSE. Embora questionada, a Recuperanda não esclareceu por qual motivo o aluguel não foi considerado na CBG.

Deduções sobre vendas: engloba, unicamente, impostos sobre vendas (R\$ 4,8 mil).

Custos: conforme relatado pela empresa, os custos seguem de acordo com o cronograma de execução das obras. Engloba, em sua maior parte, serviços empreitados (R\$ 75,4 mil), outros custos indiretos (R\$ 62,1 mil) e materiais diretos (R\$ 49,7 mil). Os custos exibiram acréscimo de 26%, que foi em desencontro a variação da receita, em sua maior parte, pelos equipamentos de produção e material direto. A variação desproporcional, não foi esclarecida pela empresa.

Despesas Gerais Administrativas: a rubrica expôs decréscimo de 17%, principalmente, pela redução dos desembolsos com serviços de terceiros e despesas com veículos. As principais despesas do mês foram com serviços de terceiros (R\$ 126,3 mil); despesa com pessoal (R\$ 13,1 mil); e outras despesas (R\$ 11,1 mil) que, em sua maior parte, são despesas legais e judiciais e aquisição e manutenção de softwares. Dentre os principais serviços prestados por terceiros, destacam-se Medeiros & Medeiros (R\$ 25 mil); Fernando Guarany e Mousinho (R\$ 17,1 mil) referente a serviços de consultoria contábil; e João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados (R\$ 15,9 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 38.700,18, especialmente, pelos juros sobre tributos (R\$ 43,3 mil); multas (R\$ 3 mil) e juro sobre parcelamento (R\$ 2,9 mil).

Despesas tributárias: contempla taxas, especialmente, com o Ministério Público (R\$ 1 mil), junta comercial (R\$ 758,00) e taxa do meio ambiente (R\$ 332,55); e IPTU (R\$ 570,73).

Resultado: o faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação, assim o prejuízo do mês foi de R\$ 382.365,03. O ano de 2023, acumula resultados negativos de R\$ R\$ 1.195.872,41.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

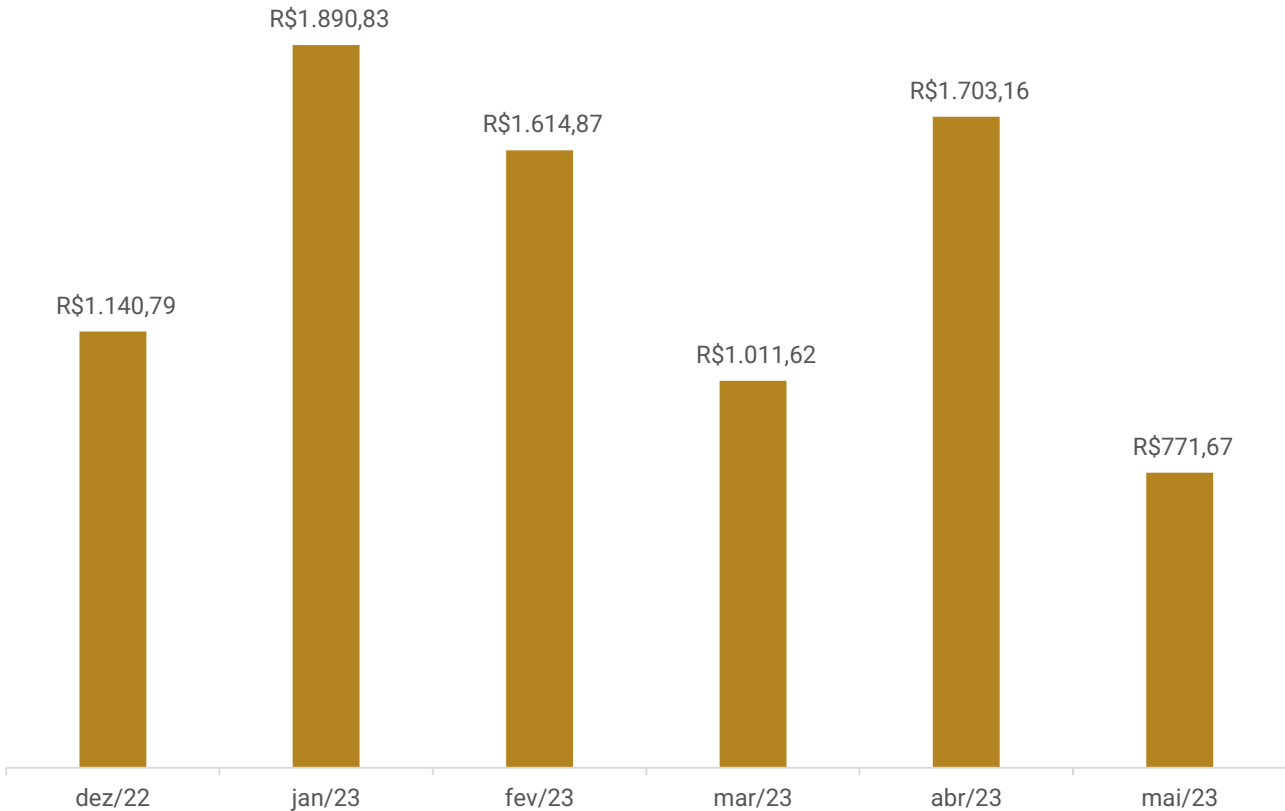
FLUXO DE CAIXA GERENCIAL (R\$)	mar/23	abr/23	mai/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	34.031	36.643	203.005
(+) Recebimento por ressarcimento de despesas	12.120	315	11
(+/-) Adiantamentos a Fornecedores	-13.924	-21.534	-32.164
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-182.482	-205.979	-298.300
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-25.120	-56.700	-48.694
(-) Pagamento a Credores	-22.497	-17.286	-14.022
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-4.980	-5.379	-7.398
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-25.868	-25.316	-27.091
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-1.404	-5.757	-7.131
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-3.076	-1.365	-415
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-395	-391	-396
(-)Pagamento de Fundo de Garantia	-8.055	-3.185	-2.193
(-)Pagamento de Previdência Social	-1.302	-	-8.256
(-) Pagamento Locações e Aluguéis	-	-1.302	-1.302
(-) Pagamento de Tributos Municipais Empresa	-	-571	-571
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa	-7.790	-6.071	-5.159
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-77	-	-
(-) Pagamento Tributos federais retidos na fonte	-1.321	-2.714	-5.427
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-11.661	-2.872	-3.924
(-) Pagamento Homologação Trabalhista	-29.788	-29.788	-39.788
(-) Pagamento de Parcelamento simplificado	-5.697	-666	-7.179
(-) Pagamento de Parcelamento Estadual	-2.210	-1.111	-1.118
(-) Pagamento de Parcelamento Municipal	-3.960	-3.767	-3.816
(-) Pagamento Funcionários Credores da Recup. Judicial	-127.080	-81.795	-27.791
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-432.535	-436.588	-339.120
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-431	-468	-327
(-) Pagamento Juros e Multas	-107	-15.797	-34
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-433.072	-452.852	-339.481
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras	-184	-	-
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-184	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	432.653	453.544	330.892
(+/-) Recebimento/(pagamento) Venda de imobilizado	-	-	7.658
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	432.653	453.544	338.550
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-603	692	(932)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.615	1.012	1.703
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.012	1.703	772

Atividades operacionais: em maio, o caixa operacional foi negativo de R\$ 339,4 mil, principalmente, pelos pagamentos a fornecedores (R\$ 346,9 mil), homologações trabalhistas (R\$ 39,7 mil) e créditos trabalhistas da RJ (R\$ 27,7 mil). As entradas foram com recebimento de clientes (R\$ 203 mil) e ressarcimento de despesa R\$ (10,65).

Atividades de financiamento: o caixa do mês foi financiado, principalmente, dos aportes cedidos pela BGSE Construções, no valor líquido de R\$ 330,8 mil e venda de imobilizado (R\$ 7,6 mil), o qual a empresa não esclareceu do que se trata.

O saldo disponível ao final do período, conforme demonstrações apresentadas, é de R\$ 771,67, que confere com as disponibilidades no balanço patrimonial.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE



BALANÇO PATRIMONIAL		mar/23	abr/23	mai/23
ATIVO	CIRCULANTE	12.841.631	17.969.350	13.379.714
	Disponível	214.006	154.687	298.599
	Aplicação Financeira	3.222.777	522.748	1.674.431
	Serviços a faturar	7.793.593	15.604.846	9.345.861
	Adiantamentos a terceiros	1.022.856	1.094.327	1.347.223
	Demais contas e valores a receber	588.399	585.624	707.071
	Despesas do exercício seguinte	-	7.118	6.530
	NÃO CIRCULANTE	21.603.758	22.513.916	23.023.813
	Partes relacionadas	12.900.904	13.907.745	14.683.025
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
Imobilizado	8.402.853	8.306.171	8.040.788	
TOTAL DO ATIVO		34.445.389	40.483.266	36.403.527
BALANÇO PATRIMONIAL		mar/23	abr/23	mai/23
PASSIVO	CIRCULANTE	10.249.531	16.310.429	14.686.996
	Fornecedores	4.121.906	8.999.061	7.463.661
	Obrigações sociais e trabalhistas	185.917	215.250	186.302
	Obrigações fiscais	1.927.914	1.617.436	1.522.532
	Provisões	1.057.676	307.160	307.160
	Demais contas a pagar	614.837	611.692	608.927
	Parcelamentos	2.341.279	4.559.831	4.598.415
	NÃO CIRCULANTE	-	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.195.858	24.172.837	21.716.532
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	4.132.899	4.132.899	
Resultado do exercício em curso	5.052.958	5.029.938	2.573.632	
TOTAL DO PASSIVO		34.445.389	40.483.266	36.403.527

Disponível: contempla valores em espécie (R\$ 314,38) e bancos conta movimento (R\$ 298,2 mil), os quais os extratos atestam os saldos contabilizados. O acréscimo de 93%, foi motivado pelo aumento de saldo no banco Copesa. O relatório razão, aponta como principais movimentações, as operações de mútuo com a CBG, recebimentos do DAER, pagamento a fornecedores e sub empreiteiros.

Aplicação financeira: o acréscimo expressivo de 220%, se deu pelos recebimentos de clientes no mês. No entanto, os extratos que comprovem os saldos, não foram enviados.

Serviços a faturar: o decréscimo de 40%, foi resultante dos serviços faturados para o DAER. A rubrica é composta, unicamente, de saldos a faturar de medições do DAER.

Adiantamento a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. Os novos adiantamentos do mês somaram R\$ 339,8 mil, enquanto as baixas foram de R\$ 86,9 mil, justificando o acréscimo de 23%. Os principais adiantamentos foram realizados para Avensi Construtora (R\$ 296,5 mil), Construsinos (R\$ 13,9 mil) e Com-sult Contabilidade (R\$ 13,5 mil). A empresa explicou que a Com-Sult estava com problema na emissão de nota fiscal, junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e no mês de maio já emitiu notas no valor de R\$ 41.277,46, quase a totalidade do valor dos adiantamentos. Ainda, não foi disponibilizado o relatório de adiantamentos. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado.

Demais contas e valores a receber: engloba, unicamente, impostos a recuperar (R\$ 707 mil), que motivou o aumento de 21% no mês, devido aos novos créditos gerados.

Despesa do exercício seguinte: contempla a apropriação de seguro do veículo Toyota Corolla Cross placa JBX9C65, que foi adquirido em abril/2023, pela BGSE.

Partes Relacionadas: compreende aportes concedidos para a CBG e apresentou acréscimo de 6%. O total do montante direcionado para a CBG no período analisado foi de R\$ 1 milhão, enquanto os recebimentos de mútuos foram de R\$ 275,1 mil.

Investimentos: contempla contratos de empreitadas (R\$ 300 mil) referente a capitalização realizada na constituição da BGSE, dos contratos do DAER que estão em atividade.

Imobilizado: o decréscimo de 3%, se deu pela depreciação mensal de R\$ 265,3 mil.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE



BALANÇO PATRIMONIAL		mar/23	abr/23	mai/23
ATIVO	CIRCULANTE	12.841.631	17.969.350	13.379.714
	Disponível	214.006	154.687	298.599
	Aplicação Financeira	3.222.777	522.748	1.674.431
	Serviços a faturar	7.793.593	15.604.846	9.345.861
	Adiantamentos a terceiros	1.022.856	1.094.327	1.347.223
	Demais contas e valores a receber	588.399	585.624	707.071
	Despesas do exercício seguinte	-	7.118	6.530
	NÃO CIRCULANTE	21.603.758	22.513.916	23.023.813
	Partes relacionadas	12.900.904	13.907.745	14.683.025
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	8.402.853	8.306.171	8.040.788
TOTAL DO ATIVO		34.445.389	40.483.266	36.403.527
BALANÇO PATRIMONIAL		mar/23	abr/23	mai/23
PASSIVO	CIRCULANTE	10.249.531	16.310.429	14.686.996
	Fornecedores	4.121.906	8.999.061	7.463.661
	Obrigações sociais e trabalhistas	185.917	215.250	186.302
	Obrigações fiscais	1.927.914	1.617.436	1.522.532
	Provisões	1.057.676	307.160	307.160
	Demais contas a pagar	614.837	611.692	608.927
	Parcelamentos	2.341.279	4.559.831	4.598.415
	NÃO CIRCULANTE	-	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.195.858	24.172.837	21.716.532
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
	Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	4.132.899	4.132.899
	Resultado do exercício em curso	5.052.958	5.029.938	2.573.632
TOTAL DO PASSIVO		34.445.389	40.483.266	36.403.527

Fornecedores: compreende fornecedores (R\$ 1,4 milhão), sub empreiteiros (R\$ 5,6 milhões) e retenções contratuais (R\$ 304,1 mil). Os pagamento realizados aos sub- empreiteiros e fornecedores, geraram um decréscimo de 17%. Em meio aos principais pagamentos do mês, que motivaram a variação, estão Della Pasqua Engenharia (R\$ 4,6 milhões), Avensi Engenharia (R\$ 1,6 milhão) e Coqueiro Comercio (R\$ 844,4 mil). Os contratos da Della Pasqua relatam que os serviços contratados são de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos para serviços a serem realizados em Tupanciretã e Ivorá, a um valor total estimado de R\$ 41,4 milhões. O contrato de Avensi Construtora, traz como objeto os mesmos serviços e materiais, contudo, parcial, do trecho de Ivorá que totaliza o valor estimado de R\$ 15,8 milhões. O relatório financeiro, de controle interno da empresa, não foi encaminhado. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado

Obrigações Sociais e Trabalhistas: a retração de 13% da rubrica, se deu, principalmente, pela transferência de parte do saldo de INSS para parcelamento. Contudo, embora questionada, a empresa não informou se houve novo parcelamentos, tampouco enviou a documentação pertinente. Os principais saldos são de provisões (R\$ 123 mil), INSS (R\$ 46 mil) e salários (R\$ 7,5 mil). Os salários e encargos foram pagos.

Obrigações fiscais: compreende, principalmente, COFINS (R\$ 574,5 mil), impostos sobre serviços (R\$ 459,2 mil) e obrigações fiscais sobre faturamento diferido (R\$ 341,1 mil). O período exibiu decréscimo de 6%, em sua maioria, pelas liquidações de impostos sobre faturamento diferido (R\$ 297,1 mil), ISS (R\$ 246 mil) e impostos retidos (R\$ 9,5 mil). Destaca-se que os pagamentos do mês foram, principalmente, por compensações.

Parcelamentos: o período expôs amortização mensal do parcelamento simplificado (R\$ 7 mil). O acréscimo de 1%, se deu pela transferência de parte de saldo de INSS em aberto, para a rubrica de parcelamentos. No entanto, não houve informação ou confirmação sobre adesão de novos parcelamentos.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE BGSE



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	mar/23	abr/23	mai/23	2023
Receita Bruta	7.793.593	7.811.050	1.883.452	33.896.288
Deduções sobre vendas	-519.709	-519.232	-125.453	-2.211.837
RECEITA LÍQUIDA	7.273.884	7.291.818	1.758.000	31.684.451
CUSTOS	-4.083.984	-6.381.806	-3.940.661	-26.061.346
CUSTOS DIRETOS	-4.036.035	-6.353.982	-3.785.460	-25.665.260
Materiais diretos	-556.912	-1.223.002	-1.239.698	-4.153.713
Mão de obra direta	-21.349	-26.566	-23.367	-103.560
Serviços empreitados	-2.643.920	-4.062.574	-1.441.559	-16.431.598
Equipamentos de produção	-813.854	-1.041.840	-1.038.068	-4.933.621
Outros custos diretos	-	-	-42.768	-42.768
CUSTOS INDIRETOS	-47.950	-27.825	-155.201	-396.086
Material indireto	-2.181	-1.712	-3.738	-115.123
Outros custos indiretos	-45.768	-26.113	-151.463	-280.963
LUCRO BRUTO	3.189.899	910.012	-2.182.661	5.623.105
DESPESAS	-1.032.470	-933.032	-273.645	-3.049.473
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-216.552	-224.047	-237.340	-1.087.887
Despesas com pessoal	-46.630	-93.708	-70.346	-405.473
Ocupação, comunicação e energia	-11.820	-10.234	-9.956	-48.975
Serviços de terceiros	-111.563	-83.602	-115.190	-439.630
Despesas c/ veículos adm.	-17.468	-10.309	-7.435	-57.731
Viagens e representações	-303	-	-156	-1.037
Outras despesas	-16.378	-14.537	-28.186	-87.373
Despesas não dedutíveis	-12.391	-11.656	-6.071	-47.669
EVENTOS FINANCEIROS	-64.712	-421.872	-35.511	-534.627
Despesas financeiras	-94.873	-423.141	-37.362	-569.632
Receitas financeiras	30.161	1.269	1.851	35.005
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-1.598	-1.393	-792	-7.272
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	-2	-285.720	-2	-670.083
Imposto de Renda e Contribu. Social S/L	-749.605	-	-	-749.605
RESULTADO	2.157.430	-23.021	-2.456.306	2.573.632

Receita Bruta: a receita exibiu decréscimo expressivo de 76%, devido ao menor volume de medições de obras com o DAER. As variações da receita em obras de construção civil verificados, não implicam em novos contratos e sim em medições de trabalho executados, que é a base do faturamento. As obras em andamento são de Ivorá e Tupanciretã.

Deduções sobre vendas: compreende unicamente, impostos sobre faturamento (R\$ 125,4 mil), que foi proporcional a variação da receita.

Custos: os custos exibiram decréscimo de 38%, em sua maior parte, pelos serviços empreitados. Contempla, principalmente, Sub- Empreiteiros (R\$ 1,4 milhão), custos com materiais diretos (R\$ 1,2 milhão) e equipamentos de produção (R\$ 1 milhão). Os custos com materiais diretos e equipamentos de produção, praticamente, não retraíram, o que foi em desconcontro com a variação da receita e não foi explicado pela BGSE. Os principais serviços empreitados foram de Della Pasqua (R\$ 783,9 mil), Bento Leal Infraestrutura (R\$ 366,8 mil) e Avensi Construtora (R\$ 138,7 mil). **Destaca-se que os custos de maio representam 224% sobre a receita líquida.**

Despesas Gerais Administrativas: compreende, em sua maioria, serviço de terceiro (R\$ 115,1 mil) despesa com pessoal (R\$ 70,3 mil), e outras despesas (R\$ 28,1 mil), sendo, especialmente, valor pago a maior de IR sobre a folha de pagamento de R\$ 13,1 mil e refeições de R\$ 9,2 mil. O mês apresentou acréscimo de 6%, principalmente, pelos desembolsos com serviços de terceiros. Dentre os principais serviços prestados estão Softcont Serviços (R\$ 15,6 mil); Glh Controle, Planejamento E Estratégia (R\$ 13,4 mil); e Schwambach Consultoria (R\$ 12,7 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 35.511,00, resultante, em sua maior parte, de juros de mora (R\$ 26,3 ml), multas (R\$ 9,1 mil), e despesas bancárias (R\$ 1,7 mil). As receitas do período, foram com descontos obtidos (R\$ 1,8 mil). Salienta-se que os juros de mora e multa são decorrentes de atrasos com fornecedores e tributos.

Despesa tributária: compreende taxas de R\$ 792,01 do CREA-RS, referente parcela 05/06.

Resultado: o período expôs prejuízo de R\$ 2.456.305,53, visto que os custos expressivos e despesas da operação, superaram as receitas. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 2.573.632,14.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

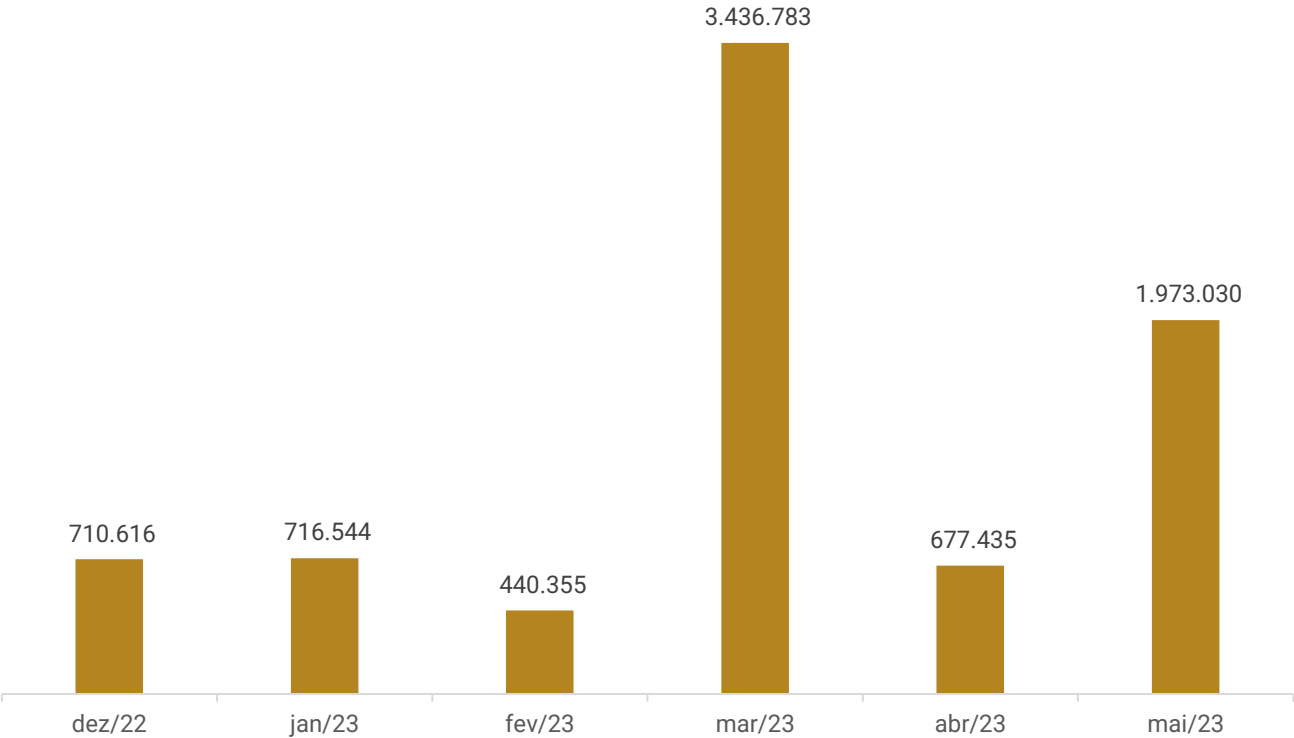
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	mar/23	abr/23	mai/23
(+) Recebimento de Clientes	13.843.119	-	7.795.504
(+) Recebimento por Ressarcimento de Despesas	1	5	-
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-67.860	-112.613	-339.840
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-9.425.383	-1.415.312	-5.143.178
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-27.571	-19.835	-64.384
(-) Pagamento a Credores	-	-	-1.193
(-) Pagamento de Adiantamentos Empregados	-	-730	-
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-199	-	-
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-8.705	-13.902	-9.336
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-56.584	-57.538	-63.993
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-20.919	-10.570	-15.792
(-) Pagamento Fundo de Garantia	-3.567	-3.738	-4.284
(-) Pagamentos Locações e Aluguéis	-27.759	-9.934	-11.143
(-) Pagamento Contribuições a Entidades de Classe	-	-1.400	-1.400
(-) Pagamento tributos Minicipais	-38.164	-22.152	-21.340
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-6.443	-6.872	-7.068
(-) Pagamento Tributos Federais Retidos na Fonte	-675	-595	-3.895
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-1.946	-1.641	-984
(-) Pagamento Parcelamento Simplificado (Impostos e Previdência e FGTS)	-85.122	-74.260	-7.061
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	4.072.223	-1.751.087	2.100.613
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.809	-1.468	-1.789
(-) Pagamento Juros e Multas	-88.242	48	-27.950
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. após os Enc. Financeiros	3.982.172	-1.752.508	2.070.875
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Liquidos Aplicações Financeiras	21.725	-	-
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	21.725	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	-1.007.468	-1.006.841	-775.280
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-1.007.468	-1.006.841	-775.280
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	440.355	3.436.783	677.435
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.436.783	677.435	1.973.030

Atividade Operacional: o caixa operacional de maio foi positivo de R\$ 2 milhões, motivado pelos recebimentos de clientes (R\$ 7,7 milhões). As principais saídas foram com pagamentos a fornecedores (R\$ 5,2 milhões), adiantamento a fornecedores (R\$ 339,8 mil) e remuneração a empregados (R\$ 63,9 mil).

Atividade de financiamento: compreende as transações de mútuo entre as partes relacionadas, de valores concedidos para a CBG no total líquido de R\$ 775,2 mil no período.

O caixa líquido no final de maio, foi de R\$ 1.973.029,80, que confere com o saldo das disponibilidades no ativo.

Evolução dos valores em caixa R\$

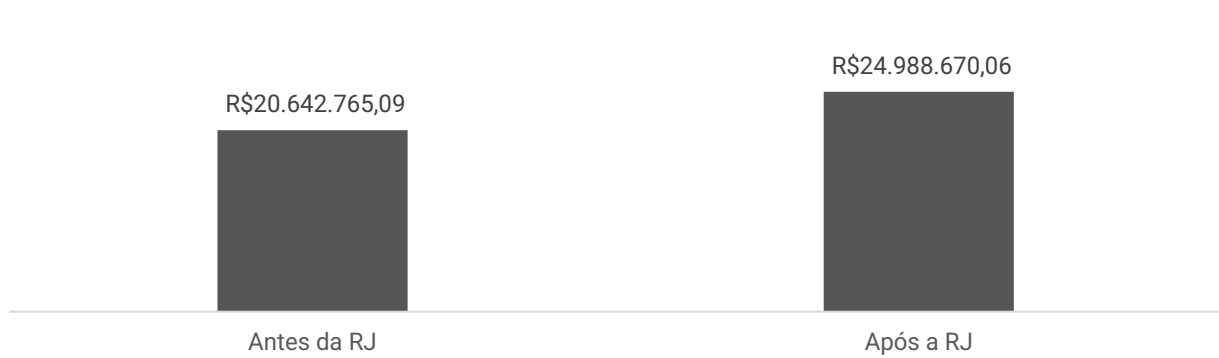


4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL – DÍVIDA TRIBUTÁRIA

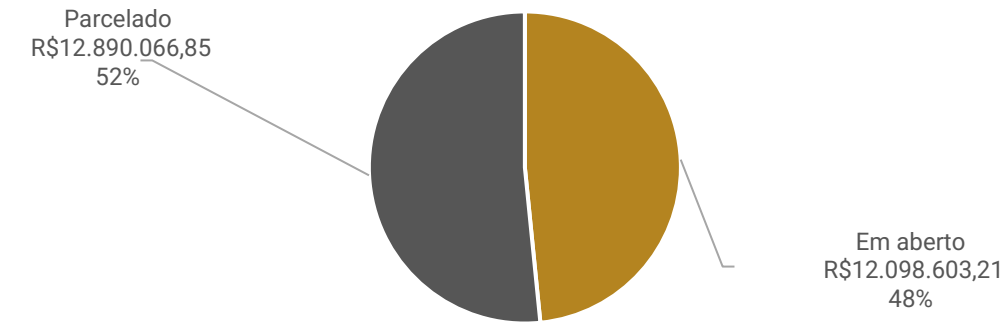


A Companhia não apresenta regularidade fiscal, visto que não realiza o pagamento integral dos tributos. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até maio de 2023, é de **R\$ 24.988.670,06**. De acordo com a empresa, no dia 30/04/2022, solicitaram na PGFN a transação individual para o parcelamento dos débitos tributários, previdenciários e FGTS, apresentaram as garantias necessárias e estão aguardando a análise final para contratação do parcelamento. Até o final da elaboração deste relatório, não houve retorno. A recuperanda informou que o assunto está parado com a Caixa Econômica Federal. Sendo assim a PGFN não concluiu o laudo. Em dezembro/2022, houve novos parcelamentos junto a Fazenda Estadual, de débitos de IPVA, multas e ICMS em até 180 parcelas. Quando indagada se houve novos parcelamentos em maio/2023, diante das movimentações apresentadas nas demonstrações contábeis, a CBG não retornou, tampouco enviou a documentação pertinente. Ainda, em maio/2023 foram solicitados os relatórios referente aos impostos em aberto com a receitas federal, estadual e municipal, porém não foram enviados.

Posição do Passivo Fiscal



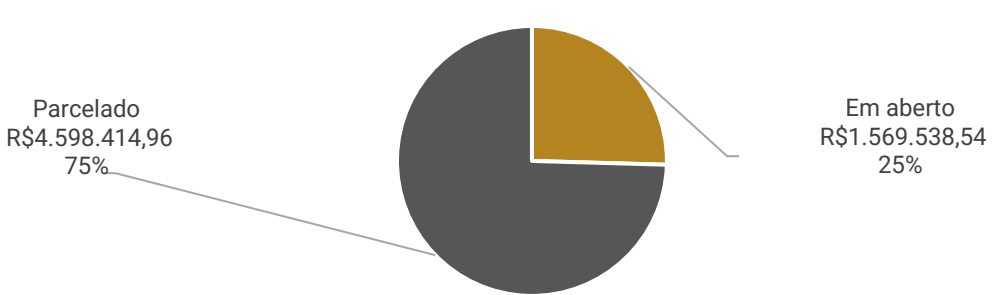
Posição do passivo tributário CBG



O passivo tributário da BGSE, ao final de maio/2023, era de **R\$ 6.167.953,50**. Em março/2023, houve parcelamento do INSS correspondente a janeiro/2023. O valor de R\$ 27.300,99, foi parcelado em 54 vezes. Quanto aos tributos parcelados em abril/2023, junto a Receita Federal, houve a negociação do montante de R\$ 2,2 milhões, em 60 vezes de R\$ 37,8 mil, referente ao saldo parcial de impostos federais. Além disso, também foi negociada a dívida de R\$ 20,7 mil, em 06 parcelas de R\$ 207,09 e 54 parcelas de R\$ 360,49, de PIS e COFINS. Em maio/2023, embora questionada, diante das movimentações apresentadas nas demonstrações contábeis, a empresa não informou se houve novo parcelamento de INSS, tampouco enviou a documentação pertinente Segue passivo tributário em aberto, conforme balancete:

PASSIVO TRIBUTÁRIO	
IMPOSTO	VALOR EM ABERTO
INSS a recolher	46.043,46
FGTS a recolher	2.337,59
ISSQN a recolher	459.298,05
PIS a recolher	128.330,15
COFINS a recolher	574.567,37
IRRF S/ trab. Assalariado a recolher	8.018,60
IRRF (demais IRRF) a recolher	9.819,35
COFINS s/ faturamento diferido	280.375,89
PIS s/ faturamento diferido	60.748,08
Parcelamento Simplificado Impostos	4.334.509,78
Parcelamento PGFN	263.905,18
TOTAL	6.167.953,50

Posição do passivo tributário BGSE



Segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: a CBG informou que está negociando 6 lotes da matrícula 2216 em Portão, e depende da individualização para fechamento da operação (aguardando a dispensa da certidão de tributos por parte do juiz para o RI de Portão emitir as novas matrículas).

Banco Fibra: a empresa informou em seus esclarecimentos que, receberam as matrículas 17.779 e 17.784 da individualização, e encaminharam ao banco para avaliação e seguimento na negociação da liquidação do saldo da garantia real.

Banco do Brasil: de acordo com a Recuperanda, os contratos de Finame com garantia de equipamentos foram executados por penhora em contas bancárias, desprezando a alienação dos bens. A empresa ingressou com ação judicial contra a extraconcursalidade dos contratos de Finame, pois o banco dispensou a garantia na ação de cobrança, e aguarda sentença do juiz.

Banco BIC: segundo a Recuperanda, com a rescisão unilateral do contrato do DNIT, que era a garantia do contrato firmado com Banco BIC, os valores deverão ser classificados como quirografários, devendo ser liquidados com a cessão de recebíveis, conforme prevê o Plano da RJ. A empresa apresentou manifestação nesse sentido diretamente à Administração Judicial, ao Banco BIC e também nos autos da recuperação judicial. No entanto, por se tratar de crédito bancário cuja sujeição ao PRJ depende de análise mais aprofundada, esta Administração orientou a Recuperanda a promover o competente pedido de retificação do quadro geral de credores, a fim de viabilizar a correta verificação do caso e possibilitar o contraditório pela instituição bancária. Ainda, nos próprios autos do processo, entendeu ser inviável o atendimento da pretensão da empresa sem eventual desconstituição dos termos do acordo, o que deveria ser discutido por ação própria. O Juízo determinou a intimação da Recuperanda para ciência e providências, não tendo deliberado sobre o mérito do pedido.

Banco Átria: o banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72

CONDIÇÕES DO PLANO									
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	JUROS	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) mediante compensação de eventuais créditos; ii) recursos de caixa; iii) alienação de UPI.	Integralmente, até nov/18.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) dação em pagamento de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação da Matrícula 5.862.	Integralmente após dação dos lotes.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	-	-	-	-	(i) dação em pagamento de suas respectivas garantias, respeitados os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito.	Dação de garantia
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	240	Mensal	4% a.a.	TR	i) parcelas mensais; ii) reforços de pagamento com alienação e, consequente direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda.	Parcelada, em 240 meses
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios dos processos contra a Prefeitura de Porto Alegre.	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
TOTAL									



Prestação de Contas

Abaixo segue resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM MAIO/2023				
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
Art. 83, VIII	-	-	-	1.273.874,06	-	-	1.273.874,06	O saldo em aberto, se refere ao valor arrolado em favor do sócio André Loiferman.
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil - líquidos	nov/17	nov/18	6.104.800,93	4.527.474,76	1.637.079,82	-	-
	Créditos de até R\$ 70 mil - ilíquidos	-	-	640.338,45	507.244,70	-	133.093,75	Os pagamentos referem-se aos credores com data incorreta na certidão, mas que foram pagos pela CBG.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	12.027.980,40	4.593.829,14	7.434.151,26	-	A empresa encaminhou os termos de cessão e quitação antecipada de 14 credores trabalhistas, contudo, considerando que o plano de loteamento não foi finalizado, esta Administração Judicial entende pertinente ter como quitados os créditos somente após a cessão definitiva.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	9.118.235,98	-	9.118.235,98	-	Ainda não houve formalização da dação em pagamento das respectivas garantias.
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	542.723,49	423.120,82	155.240,19	-	A Recuperanda realizou a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros. A atualização foi paga, parcialmente, em junho/2022.
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	42.262.034,67	-	2.677.333,33	39.584.701,34	O valor em atraso contempla 55 parcelas em atraso relativo ao credor Banrisul S/A.
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	60.092.487,51	60.092.487,51	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão de créditos oriundos da ação judicial do DNIT e alienação das UPI's, conforme prevê o Plano, portanto, os credores notificados foram considerados como pagos. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	4.295.573,77	4.295.573,77	-	-	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	37.159.299,97	37.157.406,23	1.893,74	-	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	4.364.585,98	4.364.585,98	-	-	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	256.767,39	210.619,06	90.735,07	-	A Recuperanda está realizando a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros, mas irá proceder com os cálculos de encargos e posterior pagamento da diferença. Assim, o valor em atraso contempla 58 parcelas de credores que não foram pagos e a correção monetária de todos os créditos.
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	7.269.107,83	7.269.107,83	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios a todos os credores, de acordo com comprovações enviadas à Administradora Judicial. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
TOTAL				185.407.810,43	123.441.449,80	21.114.669,39	40.991.669,15	



ANEXOS

I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE MAIO/2023



medeiros²
administração judicial



 **0800 150 1111**

 **+55 51 99871-1170**

PORTO ALEGRE

Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900 - 701
RS – CEP 91330-001

NOVO HAMBURGO

R. Júlio de Castilhos, 679, Salas 111 e 112
RS – CEP 93.510-130

CAXIAS DO SUL

Av. Itália, 482/501, Ed. Domênica Verdi
RS – CEP 95010-040

BLUMENAU

R. Dr. Artur Balsini, 107, BBC Blumenau
SC - CEP 89036-240

SÃO PAULO

Av. Brig. Faria Lima, 4221, 1º andar
SP - CEP 04538-133

RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda, 86, 2º andar
RJ - CEP 20091-005

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE MAIO 2023
ATIVO



	05-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Disponível	771,67	1.140,79
Aplicações financeiras	-	
Contas a receber	18.550.063,03	18.681.422,08
Serviços a faturar	11.793.491,65	11.865.891,30
Estoques	36.285,68	36.285,68
Adiantamentos a Terceiros	3.171.864,11	3.134.873,20
Outros Créditos a Receber	12.253,00	945.692,89
Total do ativo circulante	33.564.729,14	34.665.305,94
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.480.311,84	2.480.311,84
Partes relacionadas	2.839.699,93	2.517.095,28
Investimentos	19.142.899,49	19.142.899,49
Imobilizado	3.091.286,09	3.087.759,44
Total do ativo não circulante	27.554.197,35	27.228.066,05
TOTAL DO ATIVO	61.118.926,49	61.893.371,99

Handwritten signature or initials in blue ink.

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.**"em recuperação judicial"****CNPJ Nº 33.192.873/0001-00****BALANCETE DE MAIO 2023****PASSIVO**

	05-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	3.310.890,46	3.310.890,46
Fornecedores	5.114.052,61	5.240.667,93
Obrigações sociais e trabalhistas	6.329.233,60	6.185.057,45
Provisões Trabalhistas	9.371,91	17.078,67
Obrigações fiscais	3.047.214,34	2.949.925,82
Parcelamentos Simplificado	817.133,63	916.435,24
Parcelamentos Pert	2.523.968,79	2.523.968,79
Parcelamentos Estaduais	428.747,65	434.276,48
Parcelamentos Municipais	42.880,39	61.048,90
Parcelamentos PGFN	8.005,21	28.155,62
Demais contas a pagar	5.507.066,03	5.519.419,71
Total do passivo circulante	27.138.564,62	27.186.925,07
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	2.555.000,59	2.555.000,59
Fornecedores	132.039,73	132.039,73
Obrigações sociais e trabalhistas	600.012,83	561.367,06
Obrigações fiscais	3.269.141,39	3.269.141,39
Parcelamento Impostos PERT	7.630.899,36	7.746.010,81
Parcelamentos Simplificado	838.418,99	838.418,99
Partes relacionadas	20.464.224,80	19.145.206,65
Total do passivo não circulante	35.489.737,69	34.247.185,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Prejuízos acumulados	(45.142.853,41)	(35.045.942,24)
Resultado do Exercício em Curso	(1.195.872,41)	(9.324.146,06)
Total do patrimônio líquido	(1.509.375,82)	459.261,70
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO	61.118.926,49	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE MAIO 2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



	05-2023	12-2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	725.949,11	1.805.132,56
Tributos e deduções de vendas	(44.293,69)	(118.380,13)
Receita operacional líquida	681.655,42	1.686.752,43
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(793.116,72)	(2.218.950,88)
LUCRO BRUTO	(111.461,30)	(532.198,45)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(767.929,86)	(7.640.252,95)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.824,92	3.639.479,56
Despesas Tributárias	(20.877,26)	(106.035,33)
RESULTADO ANTES DO MOV.	(878.443,50)	(4.639.007,17)
Receitas financeiras	14,03	3.439,02
Despesas financeiras	(317.442,94)	(4.688.577,91)
Resultado antes do imposto de renda e da	(1.195.872,41)	(9.324.146,06)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.195.872,41)	(9.324.146,06)

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
Em recuperação judicial

Engº André Loiferman
Diretor Presidente

Sergio Rodrigues dos Santos
Contador
CRC 47.716-RS

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE MAIO



ATIVO

	05-2023	12/2022
CIRCULANTE		
Disponível	298.598,56	4.008,44
Aplicações Financeiras	1.674.431,24	706.607,50
Contas a Receber	-	5.536.730,06
Serviços a Faturar	9.345.860,91	
Adiantamento a Terceiros	1.347.222,80	1.012.917,30
Demais Valores a Receber	707.070,67	489.844,16
Despesas do Exercício Seguinte	6.529,79	
Total do ativo circulante	13.379.713,97	7.750.107,46
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Deposito Judiciais	-	
Partes Relacionadas	14.683.025,01	11.050.198,66
Invetimentos	300.000,00	300.000,00
Imobilizado	8.040.788,39	9.194.222,80
Total do ativo não circulante	23.023.813,40	20.544.421,46
TOTAL DO ATIVO	36.403.527,37	28.294.528,92

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE MAIO



PASSIVO

CIRCULANTE

	05-2023	12/2022
Fornecedores	7.463.661,03	5.054.884,86
Obrigações Sociais e Trabalhistas	186.301,67	135.869,29
Obrigações Fiscais	1.522.531,51	800.497,05
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	307.159,51	487.763,51
Parcelamento de Tributos	4.598.414,96	2.449.002,13
Demais Contas a Pagar	608.927,06	607.962,74
Sociedade em Conta de Participação	0,00	(384.350,15)
Total do Passivo circulante	14.686.995,74	9.151.629,43

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO

Partes Relacionadas	-	
Parcelamento de Tributos	-	
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.132.899,49	529.189,00
Lucro do Exercício	2.573.632,14	3.603.710,49
Total do patrimônio líquido	21.716.531,63	19.142.899,49

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.403.527,37	28.294.528,92
--	----------------------	----------------------

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE MAIO



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	05-2023	12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	33.896.288,47	22.435.486,88
Tributos e deduções de vendas	(2.211.837,07)	(1.917.870,05)
Receita operacional líquida	31.684.451,40	20.517.616,83
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(26.061.346,22)	(12.907.391,25)
LUCRO BRUTO	5.623.105,18	7.610.225,58
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(1.087.886,68)	(2.802.243,17)
Outras receitas (despesas) operacionais	(670.083,06)	12.139,39
Despesas Tributárias	(7.271,52)	(10.263,08)
Receitas financeiras	35.004,95	294,87
Despesas financeiras	(569.631,81)	(529.423,79)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	3.323.237,06	4.280.729,80
Imposto de Renda e Contrib. Social	(749.604,92)	(677.019,31)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.573.632,14	3.603.710,49


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716